

# GEOTA quer estratégia ambiciosa para a exploração da energia solar a várias escalas em Portugal

5 de Abril, 2022

“Esta tentativa de acelerar o desenvolvimento de centrais solares poderá não produzir os resultados desejados a curto-prazo, em termos de segurança nacional e independência energética, e provocar impactos negativos desnecessários no ambiente e sociedade a médio e longo prazo”. O alerta é do GEOTA (Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente), em resposta à decisão anunciada do governo português de dispensar automaticamente o procedimento de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) em projetos de centrais solares com capacidade inferior a 50 MW, ou a 20 MW em áreas sensíveis,

Para Miguel Macias Sequeira, associado do GEOTA, “é vital aumentar rapidamente a produção solar fotovoltaica em Portugal, aproximando geograficamente a produção ao consumo, para cumprir os objetivos de descarbonização e assegurar a segurança energética. No entanto, a crescente flexibilização do acesso a licenças e a desregulamentação de legislação terá consequências ambientais e sociais negativas e evitáveis. Já anteriormente tínhamos alertado que a proliferação de centrais solares está a acontecer sem estratégia de localização, controlo ou restrições que tenham em conta as características do território, o que coloca em causa o património natural, a produção agrícola, os ecossistemas e seus serviços, e as vontades das comunidades locais”.

Atualmente, os projetos fotovoltaicos de dimensão superior a 50 MW (20 MW em áreas sensíveis) estão legalmente obrigados a passar pela AIA, sendo que todos os projetos de dimensão inferior estão sujeitos a uma análise individual. Porém, recentemente, os “projetos de pequena produção – até 12 MW – foram dispensados de apreciação ambiental prévia”, sendo agora a intenção “alargar esta dispensa a todos os outros projetos que não estão abrangidos pelos limites legais”, lê-se num comunicado.

O GEOTA critica esta “quebra de exigência”, afirmando que “a AIA é um instrumento essencial em projetos com investimentos avultados, áreas de ocupação consideráveis e que são suscetíveis de produzir efeitos significativos no ambiente”.

“A AIA não pode ser vista como uma “perda de tempo”, um “esverdear do projeto” ou uma “burocracia”. Trata-se de uma ferramenta importante, e única, para ponderar os impactos ambientais de um projeto na sua fase preliminar e, conseqüentemente, melhorar a sua conceção e definir medidas de mitigação. Adicionalmente, é um momento privilegiado para a participação pública, procurando mais transparência na tomada de decisões e mais aceitação social na implementação dos projetos. A resposta a dificuldades e atrasos administrativos não deve ser a eliminação desta etapa essencial de avaliação e mitigação de impactos caso-a-caso, mas sim o reforço dos recursos

alocados”, conclui Miguel Macias Sequeira.

Num comunicado, o GEOTA recomenda ao novo Governo a formulação de uma “estratégia ambiciosa para a exploração da energia solar a várias escalas em Portugal”, que “reconheça a necessidade de resposta não só à crise climática e energética em que vivemos”, mas também a “outros desafios relacionados com a biodiversidade, o bem-estar das populações e a segurança alimentar”.